



Sobre a documentação e incorporação: caminhos para uma nova gestão museológica no Museu Paranaense

Tatiana Takatuzi¹

Em 2016, o Museu Paranaense completa 140 anos de existência, sendo o primeiro Museu do Paraná e o terceiro museu público mais antigo do país. Foi inaugurado em 25 de setembro de 1876 no Largo da Ponte, atual Praça Zacarias, tendo à frente Agostinho Ermelino de Leão e José Candido Murici para comandar a entidade. O Museu Paranaense inicialmente foi constituído como instituição particular e, somente em 1882, foi incorporado ao serviço público do governo da Província do Paraná. Iniciou seu acervo com cerca de 600 peças entre objetos, artefatos indígenas, coleção de moedas e de insetos, característicos dos gabinetes de curiosidades que formaram os primeiros museus nacionais e internacionais. Com seções voltadas à zoologia, botânica, geologia, mineralogia, etnologia e arqueologia, as coleções do museu voltavam-se à coleta de espécies importantes à história natural.

Durante os 140 anos de existência, as formas e políticas de incorporação do Museu Paranaense foram diferenciadas e, muitas vezes, obedeciam a critérios estabelecidos por diferentes gestores, objetivos e metodologias de época. Ao se observar a composição do acervo na atualidade, percebe-se que ela é bastante eclética, heterogênea e reflete o pensamento de diferentes temporalidades, remetendo à trajetória dos seus diretores e dos contextos históricos em que estes estavam inseridos.

No início de sua constituição como um Jardim de Aclimação, o acervo foi composto por objetos da Arqueologia, da Antropologia, da Zoologia, retratos, coleções de moedas, medalhas, de animais e insetos diversos, artigos militares, louças, fotografias e documentos tipográficos. Na gestão de Alfredo Romário Martins, que dirigiu o Museu Paranaense por 27 anos, de 1902 a 1928, é possível perceber grandes aquisições de material arqueológico e etnológico, por conta de seu interesse sobre os povos indígenas. Romário Martins recebia, no Museu Paranaense, indígenas Kaingang e Guarani sempre que estes vinham a Curitiba para falar com o governador do estado, oferecendo abrigo, auxílio e intercâmbio. Com Loureiro Fernandes, que foi duas vezes diretor do Museu entre 1935 e 1946, o acervo do Museu Paranaense ampliou suas coleções, sobretudo etnológicas e arqueológicas, advindas por meio de pesquisas em sítios arqueológicos no litoral e interior do estado por meio de parcerias com a Universidade Federal do Paraná. A partir de então, o Museu passou a receber contínuas coleções, deixando seu caráter de gabinete de curiosidades para ser um centro de instrução e pesquisa. Neste período, houve a preocupação em profissionalizar o Museu em um caráter científico, criando gabinetes de trabalho para as seções de zoologia e botânica, e iniciou-se a organização da biblioteca e foram instituídos os primeiros Livros Tombo, para realizar o registro, o inventário e a classificação do acervo.

Fazendo uma retrospectiva sobre a documentação existente sobre o acervo, percebe-se que, anterior à instituição do Livro Tombo, o Museu possuía apenas listagens e relações gerais de seu acervo, encontradas nas publicações de Agostinho Ermelino de Leão e Romário Martins, ou por meio dos relatórios apresentados

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Paraná (2001) e mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2005).

ao Presidente de Província. Um dos primeiros registros sobre o acervo data de 1882, por meio da publicação *Guia da Exposição Antropológica Brasileira realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro* em que é possível encontrar objetos do Museu Paranaense que foram remetidos à Exposição. Em 1900, Agostinho Ermelino de Leão publica, pela Tipografia da Imprensa Paranaense, o *Guia do Museu Paranaense*, dando mostra da variedade do acervo existente e que tinha o objetivo de orientar os visitantes ao percorrerem as diferentes seções. Romário Martins, por sua vez, realiza publicações como *Boletim do Museu Paranaense* n. 1 (1904), *Relatório e Catálogo* 1906, entre outros. Tais publicações e relações do acervo, contudo, traziam poucas informações técnicas a respeito dos objetos. Ao longo dos anos, com o incremento do acervo, tornou-se necessária uma metodologia capaz de inventariar a diversidade dos objetos incorporados.

Em 1943, Loureiro Fernandes realiza a abertura dos primeiros Livros Tombo do Museu, contendo informações como número sequencial, nome do objeto, data de entrada, observações e doador. Estes Livros Tombo tinham o objetivo de registrar a entrada do objeto, bem como sua baixa e, por muitos anos, foram o principal e exclusivo modo de documentar o acervo na Instituição. Inicialmente, quatro livros foram criados na gestão de Loureiro Fernandes, definidos de acordo com a área de conhecimento dos departamentos científicos, dividindo-se em acervos antropológicos e etnológicos, arqueológicos, históricos e biblioteca. Os departamentos técnicos passaram a realizar a gestão do acervo que lhes era específico, seguindo metodologias diferenciadas de incorporação, numeração e tratamento.

Em 1965, a diretora Marília Duarte Nunes implantou um Curso de Museologia no Museu Paranaense com a finalidade de implantar uma nova metodologia da época e “tornar o Museu uma instituição agradável, organizado dentro da técnica mais perfeita” (FERNANDES; NUNES, 1965, p. 2). O registro do acervo histórico, antes feito num único Livro Tombo, foi dividido em oito categorias tipológicas de acervo, que englobavam: documentos manuscritos, fotografias, cartografia, diapositivos, numismática, negativos, clichês e objetos tridimensionais da História. Os acervos antropológico e arqueológico continuaram com a numeração em seus Livros Tombo específicos.

Tal mudança no modelo de incorporação e gestão do acervo causou uma série de interferências em alguns objetos já registrados, como fotografias, documentos e mapas. Utilizava-se a metodologia de carimbar o objeto com o emblema do Museu e inserir o número de registro à caneta, normalmente na primeira página do documento. Com a abertura de um livro tombo específico para as tipologias, alguns documentos foram reenumerados, sendo o registro anterior riscado e/ou escrito à caneta com a inscrição “sem efeito”.

A respeito da incorporação de coleções, foi possível verificar, ao longo dos anos, uma falta de padronização e uma instabilidade na forma de registro. Perceberam-se ainda dificuldades no estabelecimento de instrumentos e critérios de catalogação capazes de envolver a diversidade tipológica dos acervos.

Atualmente, o Museu Paranaense possui um acervo de aproximadamente 400 mil itens, entre objetos de uso pessoal, mobiliário, armas, uniformes, indumentárias, documentos, mapas, fotografias, filmes, discos, máquinas, equipamentos de diversas espécies, moedas, medalhas, porcelanas, pinturas em diversas técnicas e esculturas, além de grande acervo arqueológico (lítico, cerâmico e biológico), antropológico (cestaria, plumária, armas, adornos e cerâmicas indígenas) e retratos a óleo da antiga Pinacoteca do Estado, como pode ser visualizado no seguinte gráfico:

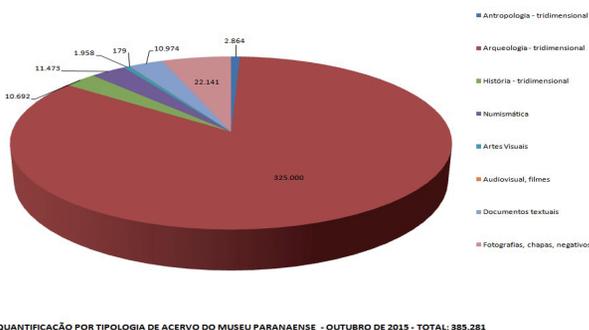


Gráfico 1 — Quantificação por tipologia de acervo do Museu Paranaense
Fonte: GT Museu Paranaense/COSEM, 2015.

Frente à necessidade de se modernizar e de implementar uma gestão que pudesse dar conta de um acervo tão extenso, sobretudo frente à implantação do sistema de informação para Gestão do Acervo Museológico e Bibliográfico no Museu Paranaense (2012–2014), a equipe sentiu ser preciso discutir sua política de gestão de acervos. Uma das principais discussões foi sobre buscar uma atuação mais integrada no interior da Instituição e sobre as atribuições e competências técnicas dos profissionais. Com este objetivo, instaurou-se no Museu Paranaense um Grupo de Trabalho — GT, formado pelos profissionais de áreas técnicas e científicas e do Sistema Estadual de Museus do Paraná, com o propósito de analisar e discutir a base operacional para uma nova gestão de acervos e uma política de gestão museológica. Os diagnósticos e as discussões do GT apontaram para a necessidade de uma reorganização interna no que diz respeito a fluxos de informação, atribuições e responsabilidades e à forma de se incorporar uma coleção ou objeto no acervo permanente do Museu. Neste sentido, para que ocorresse a indexação e informatização do acervo, era necessária uma padronização e o detalhamento das etapas de trabalho, de forma mais sistêmica, orgânica e multidisciplinar, sobretudo, sobre o processo de incorporação.

Esta nova gestão de acervos museológicos que vem sendo desenhada na Instituição visa estabelecer uma política de aquisição e descarte e, principalmente, assegurar a missão do Museu, de ampliar o acesso ao patrimônio científico e cultural por meio de pesquisa, preservação e comunicação de acervos e coleções, representantes da herança e memória paranaense. Estima-se ainda que os caminhos da gestão de acervo progredam no sentido de tornar os documentos museológicos métodos mais eficazes de controle, organização e catalogação, substituindo o Livro Tombo manuscrito e as fichas cadastrais de papel. A metodologia proposta pelo Museu procura detalhar os passos a serem seguidos para o processo de incorporação de uma coleção, desde sua entrada, numeração, catalogação, descrição, classificação, conservação, acondicionamento e guarda.

As etapas da incorporação da gestão de acervos são:

1. Avaliação de potencial do acervo: avaliação prévia, que consiste em analisar o potencial que este objeto possui quando musealizado, mensurando suas possibilidades de extensão e propagação.
2. Triagem: trata-se de um arrolamento ou inventário do acervo, uma identificação primária e inicial. Para esta fase, será elaborado um Plano de Trabalho contendo cronograma, metas, resultados e equipe, a fim de preparar a logística, os documentos de entrada da coleção na Instituição, o local de guarda provisório e quem serão os responsáveis pelo arrolamento primário.
3. Comissão de Acervo: para que o processo de aquisição seja feito coletivamente, não recaindo exclusivamente como responsabilidade de uma direção, é preciso ser submetido à Comissão de Acervo. Esta pode ser permanente ou provisória, formada por profissionais de diferentes áreas, gestores e técnicos que conheçam a instituição e seu acervo, a fim de selecionar os objetos que deverão ser incorporados ou descartados. Essa seleção minimiza as necessidades de descarte, bem como assegura a missão e os objetivos da instituição.
4. Confecção de Instrumento Jurídico: documento usado para formalizar e comprovar a forma de aquisição do acervo, que pode ocorrer por meio de compra, doação, coleta, transferência, permuta ou legado. Este documento origina-se de uma aprovação e julgamento formal da Comissão de Acervo e deverá ser anexado como parte documental no sistema de informação.
5. Registro: é a identificação por meio de uma marcação alfanumérica única e individual a um objeto no museu.
6. Pesquisa: após feito o registro primário, o objeto é analisado pelos departamentos científicos. A depender da característica do acervo, ele pode ser repassado aos setores de História, Arqueologia ou Antropologia, conforme a área de conhecimento a que se refere o acervo.
7. Conservação, acondicionamento e guarda: o LACORE (Laboratório de Conservação e Restauro) trabalha com a conservação preventiva e higienização, detecta e diagnostica problemas de deterioração e também atua no controle da climatização das salas expositivas e reservas técnicas. No processo de incorporação, será responsável pela descrição intrínseca do objeto, como a identificação de material/técnica, dimensões, peso, marcas e inscrições. Também deve verificar o estado de conservação, realizar diagnósticos e higienização, propor ações interventivas e realizar o acondicionamento e a guarda nas reservas técnicas.

8. Digitalização: a digitalização tem como finalidade estratégica a preservação do acervo e a ampliação do seu acesso por meio eletrônico.

Espera-se que a proposta instituída no Grupo de Trabalho contribua para tornar esta metodologia uma prática permanente dentro do Museu. A incorporação deve garantir que o acervo se torne uma fonte de informação que auxilie a produção de itens voltados à ação museológica, como a pesquisa científica, ações culturais e educativas, catálogos e publicações, exposições e eventos diversos, disseminando o conhecimento e potencializando seu acesso.

Referências

- FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta Anos de Vida do Museu Paranaense**. Edição Comemorativa ao 80º aniversário de fundação do Museu Paranaense. Curitiba, 1956.
- GT MUSEU PARANAENSE. **Reuniões temáticas sobre Gestão de Acervos**. Curitiba: Museu Paranaense, abr./dez. 2015.
- LEÃO, Agostinho Ermelino. **Guia do Museu Paranaense**. Curitiba: Typografia Impressora Paranaense, 1900.
- MARTINS, Romário. **Boletim do Museu Paranaense**. n. 1. Curitiba, 1904.
- MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. **Guia da Exposição Antropológica Brasileira**, realizada pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro a 29 de julho de 1882. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1882.